

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) E AS POPULAÇÕES DO CAMPO

Autora: Esmênia Soares Barreto; Co-autora: Joelma Rejane dos Santos Nascimento de Miranda; Orientadora: Dra. Marta Lúcia de Souza Celino

*Universidade Estadual da Paraíba – esmenia11@hotmail.com
Universidade Estadual da Paraíba – joelmarejane.cg@gmail.com
Universidade Estadual da Paraíba – martacelino@gmail.com*

Resumo: O presente artigo discute a educação do campo tomando por base o conteúdo explícito do Plano Nacional de Educação (PNE) e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). O estudo, de natureza qualitativa descritiva e exploratória compreendeu uma pesquisa bibliográfica, seguindo as etapas de estudo de textos constantes de periódicos e livros enfocando a temática da educação do/no campo. A investigação teve como objetivo identificar políticas de educação no campo contempladas no segundo PNE (2014-2024) e na LDB 9394/96. A literatura visitada no cenário nacional da educação no meio rural mostrou que as políticas educacionais para o segmento estudado necessitam de fiscalizações mais rigorosas por parte da sociedade como uma condição para que ela se efetive, como também de um olhar mais cuidadoso dos nossos governantes e instituições que trabalham com tais populações.

Palavras-chave: Populações do campo, Educação, PNE, LDB.

Introdução

A realização do presente estudo se desenvolveu durante o curso do componente curricular Planejamento e Avaliação Educacional, no terceiro semestre do Curso de Pedagogia. O componente contém uma ementa que discute o planejamento da educação como uma condição de transformação das práticas no interior das instituições educacionais.

No contexto das discussões sobre o planejamento da educação brasileira, observamos as políticas traçadas para a educação básica no país e seus desdobramentos nas esferas estadual e municipal. Foi assim que a investigação ganhou contorno dentro do conjunto das atividades realizadas durante a efetivação dos estudos.

Ao elegermos o tema da educação do campo como objeto de investigação nossas escolhas metodológicas se deram pelo caminho da pesquisa bibliográfica. De acordo com Oliveira (2007), a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Tendo como característica diferenciadora de que é um tipo de estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade

empírica, onde a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo, sendo o que mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico.

Os passos preliminares para a pesquisa foi o levantamento de autores que escrevem sobre a Educação do/no campo, onde identificamos autores como Miguel Gonzalez Arroyo, Elias Canuto Brandão, Claudemiro Godoy do Nascimento e Roseli Salete Caldart. Os referenciais teóricos estudados nos proporcionaram a aproximação ao campo de estudo e a compreensão acerca da política educacional para as populações camponesas formuladas na LDB 9394/96 e do Plano Nacional de Educação para o período de 2014/2024.

Como resultado do estudo, verificamos a necessidade de incentivo e investimento de políticas públicas e aprimoramento na formação dos profissionais da educação que atuam nas comunidades camponesas face aos desafios a serem contornados para um crescimento valorativo no âmbito sócio-econômico-cultural das populações do campo. Essa conclusão foi alcançada a partir da correlação dos estudos realizados em sala com a realidade identificada nos documentos oficiais estudados, identificando-se desafios em relação à educação no campo com o trabalho infantil, visto que a exploração do trabalho infantil acaba por comprometer o desempenho e assiduidade à escola, pois o trabalho e educação são atividades rivais, tornando-se estruturas de reprodução da pobreza cultural e social gerando altos índices de evasão escolar no país.

Desenvolvimento

A estrutura educacional brasileira ainda apresenta fragilidades no que se refere ao trato com a diversidade que constitui o país. A realidade econômica brasileira sempre esteve marcada por altos índices de desigualdade e exclusão social, perpassando os fatores políticos e culturais. Entretanto, para que se garanta a igualdade, devem-se considerar critérios que levem em conta a realidade múltipla e diferenciada dos indivíduos encontrados nos grupos ou comunidades urbanas e rurais, tais como: posição social, identidades, valores, etc.

Historicamente o Brasil é um país de origem e predominância eminentemente agrária, mas a educação rural não é sequer mencionada nos textos constitucionais de 1825 e 1891, enfatizando o descaso dos dirigentes e de matrizes políticas culturais centradas no trabalho escravo, no latifúndio e nas ideias educacionais

européias (SILVA, 2003). Apesar do poder de decisão estar atrelado ao atendimento dos interesses elitistas, desde os primórdios da história de colonização do Brasil já existia movimentos de resistência e luta em favor das classes marginalizadas pela cultura dominante da época.

A primeira metade da década de 80 foi marcada pela reorganização política e sindical, após longos anos do poder centralizado da Ditadura Militar. Com o aparecimento de novos partidos políticos e do sindicalismo a sociedade se levantou. E foi através dos movimentos sociais, para exigir as mudanças necessárias ao desenvolvimento do país que diversas mudanças ocorreram em diversas áreas, principalmente na área educacional, considerada a mola propulsora para outras tantas transformações sociais no país. Fazendo-se assim presentes os movimentos sociais em defesa de uma educação apropriada para os/as camponeses (as).

Para moradores das comunidades rurais, pequenos agricultores familiares, extrativistas e principalmente os que se encontram nas regiões Norte e Nordeste do país, é visível a desigualdade e exclusão social em todos os níveis e aspectos, sobretudo no tocante à questão educacional. O sistema de educação que é implantado nas escolas públicas seja municipal e/ou estadual das comunidades rurais está pautado no currículo escolar básico atrelado às experiências dos grandes centros urbanos. Não levando em consideração a realidade vivida por crianças, jovens e adultos da zona rural, impondo uma visão de mundo, um modo de vida, uma concepção de trabalho e de educação que não atendem às expectativas e experiências vivenciadas, concebidas e apreendidas no campo. A cada ano surgem novas pesquisas na tentativa de estudar os rumos da educação com vistas a contribuir para a diminuição das desigualdades concernentes a este sistema de ensino.

Resultados e Discussão

A literatura visitada com foco na educação do campo possibilita inferir que para que se possa transformar a realidade educacional do campo é necessário de que seja respeitado o direito de todos e não de uma minoria, isso se dá através das relações sociais dos indivíduos envolvidos que lutam por igualdades de uma sociedade mais justa e igualitária em seus direitos e deveres. Os moradores do campo necessitam de uma educação voltada para o atendimento das especificidades da zona rural que reflita suas necessidades, respeite sua cultura local, permeando a sustentabilidade voltada a uma responsabilidade ambiental abrangente a todos. Notadamente, a luta por uma

educação do campo e para o campo vai muito além de buscas por conhecimentos que foram construídos historicamente pela humanidade, é uma luta pela formação social do sujeito, objetivando alcançar o desenvolvimento local e a valorização socioeconômica e cultural.

Então, a ideia de uma educação básica do campo é a busca por uma educação específica para o campo por meio de novos conteúdos e uma metodologia pedagógica diferenciada a partir da realidade e dos anseios de cada localidade, daí a importância da participação dos atores na construção dessa educação não formal e informal. Na verdade, a educação básica do campo é a tentativa de construir a educação popular a partir dos camponeses (as) e de suas memórias coletivas (NASCIMENTO, 2004).

No conjunto de políticas elaboradas para a educação brasileira encontramos o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024. Este plano determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional para um período de dez anos. Em sua organização, o Plano contempla um conjunto de metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.

O Ministério da Educação se mobilizou de forma articulada com os demais entes federados e instâncias representativas do setor educacional, direcionando o seu trabalho em torno do plano que referencia seu Planejamento Estratégico Institucional e seu Plano Tático Operacional a cada meta do PNE, envolveu todas as secretarias e autarquias na definição das ações, dos responsáveis e dos recursos.

O PNE é um dos últimos atos de um período de muitas reformas educacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Baseadas em consenso imposto pelos organismos internacionais, principalmente pelo Banco Mundial, aos países de capitalismo dependente como o Brasil. As prescrições desses organismos guiavam-se, antes de tudo, pela racionalidade econômica que embasa o projeto dominante de desenvolvimento capitalista. De outro lado, mesmo sob os efeitos dessas reformas, instituem-se, no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE), normas que apontam a perspectiva relativa à Educação do Campo. A elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 também foi orientada pelo PNE.

A falta de atenção estatal para a educação do campo foi motivo de fechamento de várias escolas localizadas na zona rural, o que provocou o deslocamento desses estudantes para escolas distantes de suas casas e de seu modo de vida (RIBEIRO, 2010; SOUZA, 2010). Os movimentos sociais se organizaram no início da década de 2000, chegando a uma proposta concreta de educação do campo para a escola pública. Contudo, a luta passou a ser travada dentro das dimensões dos Estados (MUNARIN, 2011), destacando-se como conquistas iniciais a Resolução CNE/CEB, de 3 de abril de 2002, que “institui diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo”. O documento: “Referências para uma política nacional de educação do campo”, publicado em outubro de 2003 pelo Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, o Decreto Presidencial no 7.352, de 4 de novembro de 2010”, dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e o recente lançamento do Pronacampo. O “Documento Referência” está dividido e as etapas da conferência, em seis eixos temáticos, sendo eles: Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade: organização e regulação da educação nacional, qualidade da educação, gestão democrática e avaliação, democratização do acesso, da permanência e do sucesso escolar, formação e valorização dos trabalhadores em educação, financiamento da educação e controle social, justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade. O planejamento é uma das estratégias utilizadas para imprimir racionalidade ao papel do Estado e institucionalizar “as regras do jogo” na administração das políticas governamentais (FERREIRA; FONSECA, 2011).

Segundo SANTOS (2016), é necessário que as escolas possuam boas condições de infraestrutura, proposta político-pedagógica, produção de material adequado para a escola do campo e professores capacitados para essa realidade. Na verdade, até existem ótimas escolas, com infraestrutura adequada ao campo, mas com propostas que não dialogam com a cultura e o contexto da população local de determinadas regiões. Assim como, a realidade e desafios enfrentados pelos professores e na formação dos mesmos para atuarem nas escolas rurais. Valorizar a abordagem temática da educação ambiental que propicie uma postura crítica e transformadora de valores, de forma a reorientar atitudes para a construção de sociedades sustentáveis, reconhecer o protagonismo social e colocar o próprio educando como agente da gestão sustentável e beneficiário da repartição de recursos do meio ambiente.

A LDB sancionada em 1996 relaciona a Educação Ambiental como tema transversal, os PCN (BRASIL), e deixa claro que a mesma deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e em consonância com o contexto social. Por isso,

tomar conhecimento da realidade local em que as crianças estão inseridas é fundamental para formarem valores relacionados às questões ambientais.

A Lei 9.795/99 estabelece que a Educação Ambiental deva estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, respeitando em suas diretrizes nacionais. O princípio citado no artigo 4º, inciso VII da Lei 9.795/99, valoriza a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais e nacionais, e o artigo 8º, incisos IV e V incentivam a busca de alternativas curriculares e metodológicas na capacitação da área ambiental e as iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo (BRASIL, 1999). É na prática pedagógica cotidiana que a educação ambiental poderá oferecer uma possibilidade de reflexão sobre alternativas e intervenções sociais, nas quais a vida seja constantemente valorizada e os atos de deslealdade, injustiça e crueldade possam ser repudiados. Face essas constatações, a escola, como uma das principais agências formadoras do ser humano, vê-se questionada e desafiada pelas pressões que o mundo contemporâneo vivencia, Já que a educação ambiental surge como um processo educativo, de formação da cidadania, com princípios que rompem com a ideia de que as causas dos impactos ambientais residem apenas, entre outros fatores, na expansão demográfica, na agricultura intensiva e na crescente urbanização e industrialização (REIGOTA,1998). A escola é um local imprescindível de se promover a consciência ambiental a partir da conjugação das questões ambientais com as questões sócio-culturais.

Então, se as propostas pedagógicas escolares estão comprometidas com a formação do cidadão como ser individual, social, político, cultural e produtivo, com participação ativa nos processos sociais, a educação sócio-ambiental deve ser plenamente compatível com os fins, objetivos e organização do sistema educacional (SILVA, 2004). Os professores da educação infantil, na maioria das vezes, não possuem orientação nem material adequado para este trabalho. A temática ambiental dificilmente está presente nos cursos de formação de professores de educação infantil. Os cursos de formação continuada, geralmente são destinados aos professores de Ensino Fundamental e Médio, bem como os materiais produzidos e disponibilizados. A escola e os professores de educação infantil não possuem recursos financeiros para a aquisição de livros e, ao mesmo tempo, possuem dificuldades técnicas para a produção de seus próprios materiais.

Quanto à temática do “trabalho infantil” e a educação no campo, tem-se de considerar as especificidades da vida no campo refletindo negativamente no espelho da educação em nosso país. É indispensável não confundirmos

“trabalho infantil”, com formas de difusão e repasse de cultura por meio das gerações ao considerarmos que muitas crianças da zona rural exercem algumas atividades como forma de assimilação de costumes, aprendizagem de valores e atitudes, tornando-se alguns casos um período de aprendizagem junto à família. O trabalho de crianças, seja no campo ou na cidade, não tem como ser bom para a educação nem para a sociedade, pois a esse fator atribuem-se elevados índices de repetência e de acordo com (ANTUNIASSI, 1983), “(...) a atividade de trabalho está negativamente associada à vida escolar”. Toda essa situação complicada envolvendo o trabalho e a transmissão de costumes para os filhos e filhas de trabalhadores agrícolas, em sua maior parte, explica-se pelo indício de pobreza e miséria que existe, sobretudo na região rural do Nordeste, que combina baixa renda das famílias, pouca ou nenhuma escolaridade dos pais e grande precariedade dos serviços públicos, a começar pela ausência ou má qualidade das escolas na zona rural. Ocorrendo assim, altas taxas de evasão escolar, repetência e o êxodo aos grandes centros urbanos do país. Isso se dá na medida em que o jovem se vê obrigado a escolher entre permanecer na unidade de produção doméstica para desempenhar e ajudar a seus familiares nas atividades da roça ou dar continuidade apenas aos estudos, que da maneira como vem sendo concebido requer deles e das suas famílias muito esforço e abnegação, já que sua ausência deixa lacunas no trabalho familiar, induzindo este jovem educando geralmente a migrar em busca de melhores oportunidades de vida, trabalho e melhores condições financeiras, para inclusive remeter metade ou mais da metade da sua renda para seus familiares que permaneceram no local de origem.

As crianças e jovens das comunidades rurais trabalham auxiliando seus pais logo cedo na lavoura, nos cuidados com os animais e dos afazeres domésticos. Esta relação de trabalho não se estabelece como exploração e nem apenas como um complemento da atividade econômica da unidade doméstica de produção, mas é visto como um processo de socialização do sujeito, pois é a formação daquele que está sendo preparado para herdar e cuidar da terra, responsável pela reprodução e continuidade da família camponesa. É perceptível no quadro de abandono ao qual se encontram as escolas rurais, ou seja, os conteúdos curriculares e a metodologia aplicada não atendem aos interesses e necessidades dos alunos, pois não há uma adequação do calendário escolar ao ciclo agrícola e às condições climáticas regionais. Existindo de fato uma separação entre a educação e o trabalho agrícola familiar. A cultura e costumes do local também não são considerados. Os alunos não conseguem apreender a teoria e estabelecer uma aplicabilidade da mesma na prática de seu cotidiano e nas atividades agrícolas. Esta forma de atuação, ou ao menos a

tentativa, confere às experiências vividas e praticadas (a exemplo do trabalho agrícola), o papel fundamental de direcionamento das práticas pedagógicas. Com isso, há uma valorização da herança cultural diretamente relacionada à ética camponesa, base do modo de vida e visão de mundo do grupo camponês. Esta maneira de pensar e de agir favorece o sucesso da educação escolar, na medida em que a pedagogia institucional não se distancia consideravelmente do trabalho pedagógico exercido em âmbito familiar (BOURDIEU, 1982).

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais [e dos grupos sociais]. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. (BOURDIEU, 2005).

O ensino que é aplicado mantém a relação de dominação das idéias através da prática pedagógica tradicional que conduz à legitimidade do meio urbano frente ao meio rural. O ensino básico tradicional que é aplicado no meio urbano adentra o meio rural sem considerar a realidade, tradição e cultura existentes dessas populações. Não há uma preocupação em analisar, investigar, sistematizar e aplicar um projeto pedagógico fundamentado nas necessidades reais vivenciadas por crianças e jovens pertencentes a esse grupo social. O que é de fato perceptível é uma tentativa de adaptação da escola rural aos modelos da escola urbana.

Logo diante de tantas disparidades, vê-se necessária importância da implantação de políticas públicas referentes às questões de cunho educacional e uma adaptação do projeto político pedagógico à realidade das comunidades rurais.

Conclusão

Neste artigo pode-se discutir e abordar a política nacional para as populações do campo correlacionadas com o Plano Nacional de Educação (PNE). O estudo nos possibilitou inferir que há falta de investimentos do governo quanto à aplicabilidade de políticas públicas eficientes e adequadas voltadas ao interesse e desenvolvimento sócio-econômico-cultural dos povos que habitam e trabalham no campo - respeitando suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade, organização e possam resistir a qualquer tipo de exclusão, evitando o fenômeno da migração da população do

campo para os centros urbanos em busca de melhoria de vida, ocorrendo assim o chamado êxodo rural.

De acordo com as bibliografias estudadas e analisadas inferimos que é preciso repensar a educação, em especial, a educação destinada aos alunos do campo. A educação do campo necessita de muito mais do que métodos e técnicas de ensino, precisa de profissionais que estejam comprometidos e capacitados adequadamente com as questões relativas ao meio rural, respeito a cultura local, sustentabilidade e enfatizem uma educação ambiental que conscientize a todos e as gerações futuras. Logo, é visto a importância das universidades oportunizarem momentos de reflexão, pesquisa e construção de projetos diferenciados voltados ao homem do campo e a educação no meio rural. Do contrário, estaremos favorecendo o desenvolvimento de práticas que não favorecem a melhoria das condições de vida dessas populações, contribuindo para manutenção do sistema de desigualdade social. É preciso compreender que a carência da população do campo reside na falta de meios adequados para o desenvolvimento de suas potencialidades e tecnologias apropriadas de utilização dos recursos naturais, os quais contribuiriam para melhoria das condições de permanência em seu local de origem, fazendo prosperar a economia e a cultura local ofertando-os uma vida digna. Neste sentido, o processo educativo aí desenvolvido poderá auxiliar a população nesta direção, ficando coerente com as peculiaridades da região onde estão inseridas essas populações rurais.

Referências Bibliográficas

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRASIL. Decreto 4.281, de 25.06.2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. DOU 26.06.2002.

BOURDIEU, P. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, 247 p.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília. **O planejamento das políticas educativas no Brasil e seus desafios atuais**. Perspectiva, Florianópolis, v. 29, n.1, p. 69-96, jan./jun. 2011.

MUNARIN, Antônio. Educação do campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 51-63, abr. 2011. Disponível em:

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/index.>> Acesso em: 18 nov. 2017.

NASCIMENTO, C. G. do. **Educação, cidadania e políticas sociais:** a luta pela educação básica no campo em Goiás. Revista Iberoamericana de Educación, Espanha, 2004, p. 1-1.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007.

REIGOTA, M. *Desafios à educação ambiental escolar.* In: JACOBI, P. et al.(orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania:** reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação –** Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. Planejamento educacional e financeiro da educação nas escolas pública e privada. IN: **As dimensões do planejamento educacional:** o que os educadores precisam saber. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, José D. Educação ambiental e os quatro pilares propostos pela UNESCO. In: **Educação ambiental:** construção da proposta pedagógica. São Paulo: Globo, 2004.

SILVA, Maria do Socorro. **Diretrizes operacionais para a educação do campo:** rompendo o silêncio das políticas educacionais. In: BAPTISTA, Francisca Gestão Educacional. **GESTÃO EDUCACIONAL NOS MUNICÍPIOS 309;** BAPTISTA, Naidison Quintela. (Org.). Educação rural: sustentabilidade do campo. Feira de Santana, Ba: MOC; UEFS; (Pernambuco); SERTA, 2003.

SOUZA, Marilza Miranda de. **Imperialismo e educação do campo:** Uma análise das políticas educacionais no estado de Rondônia a partir de 1990. 2010. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2010.